3 — Apoio à estruturação do futuro Estado e reforço da sociedade civil (1 206 000 contos).

(Registe-se que no âmbito do programa 3 se inclui uma dotação de 476 000 contos para financiamento de um programa específico de apoio à criação das forças de segurança e defesa de Timor Leste.)

4 — Construção e reabilitação de edifícios (270 000 contos).

5 — Apoio ao desenvolvimento económico (1 milhão de contos).

VI — Cooperação multilateral

Portugal desenvolve uma política de cooperação multilateral que visa, por um lado, assegurar a participação do Estado na definição e implementação da política das organizações internacionais e agências especializadas e, por outro, com base em critérios de complementaridade e subsidiariedade reforçar e aperfeiçoar as acções de natureza bilateral.

A cooperação multilateral encontra-se expressa na criação de *trust funds* portugueses junto do PNUD e da UNESCO, nas contribuições para as agências e programas das instituições internacionais, no acompanhamento de programas de assistência e no pagamento de contribuições voluntárias para diversos organismos. Paralelamente, a cooperação multilateral desenvolve-se ao nível da participação de Portugal, enquanto membro da União Europeia, na evolução da política de ajuda ao desenvolvimento para o grupo de países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). É de salientar a nossa participação na cooperação ibero-americana, bem como na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as quais constituem também uma importante vertente da cooperação multilateral portuguesa.

Assinale-se finalmente a importante experiência de relacionamento com o sistema multilateral que tem caracterizado o processo de Timor Leste.

Relativamente às contribuições do Ministério das Finanças, destacam-se as destinadas ao Banco Asiático de Desenvolvimento (300 000 contos), Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (52 000 contos), Banco Africano de Desenvolvimento (37 000 contos), Banco Interamericano de Desenvolvimento (33 500 contos) e Fundos de Cooperação Técnica junto do BAD, BID e BERD (300 000 contos).

No que diz respeito às contribuições assumidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, referem-se a contribuição para a ONU (966 000 contos), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (324 000 contos), para a Organização Mundial de Comércio, para a Organização Mundial de Saúde (407 000 contos), UNESCO (312 000 contos), Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (314 000 contos) e para a CPLP (150 000 contos).

VII — Distribuição por ministério

O quadro seguinte permite identificar, por departamento governamental, as dotações destinadas a custear os projectos de cooperação que se prevê executar em 2001, bem como a respectiva importância relativa no quadro do financiamento da cooperação portuguesa.

Unidade: contos	
Executor	2001
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	140 630
Administração Interna	720 567
Ambiente e do Ordenamento do Território	472 420

Unidade: contos	
Executor	2001
Cultura	597 500
Ciência e Tecnologia	1 197 680
Defesa Nacional	2 305 500
Economia	112 948
Educação	1 077 500
Equipamento Social	337 810
Finanças	31 458 600
Justiça	117 409
Juventude e do Desporto	271 232
Negócios Estrangeiros	34 363 795
Planeamento	73 913
Reforma do Estado e da Administração Pública	40 000
Saúde	891 769
Trabalho e Solidariedade	2 246 000
Presidência do Conselho de Ministros	85 537
Tribunal de Contas	500
<i>Total</i>	76 511 310

Pequenas divergências que se verificam em relação ao mapa XII do OE elaborado pela primeira vez pelos serviços de todos os ministérios resultam da dificuldade técnica de classificação de alguns tipos de despesas como encargos de cooperação. As dotações que se apresentam neste mapa são as que constam da base de dados do ICP, resultantes do trabalho directo do Instituto com os responsáveis sectoriais pela cooperação dos ministérios, que em muitos casos não estiveram envolvidos na preparação do mapa XII.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 1224/2000

de 30 de Dezembro

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Matemática e Gestão (Marinha Grande);

Considerando o disposto na Portaria n.º 808/89, de 12 de Setembro, conjugada com a Portaria n.º 852/93, de 10 de Setembro;

Instruído, organizado e apreciado o processo, nos termos do artigo 67.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Sem prejuízo do cumprimento do disposto no despacho n.º 13 161/2000 (2.ª série), de 28 de Junho;

Ao abrigo do disposto no artigo 67.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração do plano de estudos

O plano de estudos do curso de Gestão de Recursos Humanos ministrado pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão (Marinha Grande), cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria n.º 808/89, de 12 de Setembro;

bro, conjugada com a Portaria n.º 852/93, de 10 de Setembro, passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 50.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 150 alunos.

3.º

Ano e semestre lectivos

1 — O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

4.º

Unidades curriculares de opção

O elenco de unidades curriculares de opção é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente.

5.º

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 2000-2001, inclusive.

6.º

Transição

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixadas pelo órgão legal e estatutariamente competente.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 24 de Novembro de 2000.

ANEXO**Instituto Superior de Matemática e Gestão (Marinha Grande)****Curso de Gestão de Recursos Humanos**

Grau de bacharel

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)					Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	
Introdução às Ciências Sociais	1.º semestre		4				
Introdução à Organização e Gestão de Empresas.	1.º semestre		4				
Introdução à Gestão de Recursos Humanos	1.º semestre		4				
Introdução ao Direito	1.º semestre		4				
Estatística I	1.º semestre		4				
Língua Estrangeira I	1.º semestre		4				
Introdução à Economia	2.º semestre		4				
Sociologia do Trabalho e das Organizações	2.º semestre		4				
Gestão de Recursos Humanos I	2.º semestre		4				
Direito do Trabalho e da Segurança Social I	2.º semestre		4				
Estatística II	2.º semestre		4				
Língua Estrangeira II	2.º semestre		4				

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)					Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	
Economia da Empresa	1.º semestre		4				
Introdução ao Pensamento Contemporâneo	1.º semestre		4				
Gestão de Recursos Humanos II	1.º semestre		4				
Direito do Trabalho e da Segurança Social II.	1.º semestre		4				
Informática de Gestão	1.º semestre		4				
Comportamento Organizacional I	2.º semestre		4				
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho ...	2.º semestre		4				
Direito Comunitário e Relações Laborais	2.º semestre		4				
Informática de Gestão de Recursos Humanos I.	2.º semestre		4				
Gestão Financeira	2.º semestre		4				

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas semanais)					Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários	Estágios	
Produtividade e Gestão da Produção	1.º semestre		4				
Comportamento Organizacional II	1.º semestre		4				
Gestão de Recursos Humanos III	1.º semestre		4				
Informática de Gestão de Recursos Humanos II.	1.º semestre		4				
Opção	1.º semestre		4				
Seminário do Projecto de Gestão de Recursos Humanos.	2.º semestre				4		
Gestão do Marketing	2.º semestre		4				
Gestão Administrativa do Pessoal	2.º semestre		4				
Desenvolvimento dos Recursos Humanos	2.º semestre		4				
Opção	2.º semestre		4				
Estágio e Relatório	2.º semestre		4				(a)

(a) Nos termos a regular pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino.

Portaria n.º 1225/2000**de 30 de Dezembro**

A requerimento da Egas Moniz — Cooperativa de Ensino Superior Particular e Cooperativo, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior de Saúde Egas Moniz, reconhecida como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 381/99, de 22 de Setembro, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;

Considerando o disposto na Portaria n.º 3/2000, de 4 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 320/99, de 11 de Agosto;

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março, e no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso bietápico de licenciatura em Terapia da Fala na Escola Superior de Saúde Egas Moniz, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Regulamentação

O curso ora autorizado rege-se pelo disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura em Tecnologias da Saúde, aprovado pela Portaria n.º 3/2000, de 4 de Janeiro.

3.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

4.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 50.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 200 alunos.

5.º

Início de funcionamento do curso

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 2000-2001, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

6.º

Condições de acesso

As condições de acesso são as fixadas nos termos da lei.

7.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

8.º

Vagas para o ano lectivo de 2000-2001

O número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 2000-2001 é fixado em 50.

9.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 28 de Novembro de 2000.